

Néstor Kirchner e as desventuras da "centro-esquerda" na Argentina

Atilio A. Boron*

Resumo:

O presente trabalho aprofunda uma linha de investigação que formulei pela primeira vez num pequeno texto, escrito em 2004. Hoje, no momento em que se aproxima o final do quarto ano de mandato do presidente (que assumiu em 25 de maio de 2003), torna-se possível e necessário realizar um balanço objetivo de sua gestão. Tal esforço se justifica, não apenas para ajudar a compreender a turbulenta experiência da Argentina nos últimos anos, mas também porque o kirchnerismo está inserido num campo mais amplo de fenômenos que, na falta de melhor caracterização, poderíamos considerar como representativo de um "giro à esquerda" na política latinoamericana.

Parafraseando uma célebre passagem do *Manifesto Comunista*, poderíamos dizer que um espectro ronda a América Latina. É o espectro do "giro à esquerda". Todas as forças da velha e da nova direita estão unidas na santa cruzada para exorcizar esse fantasma: Condoleezza e Aznar; George W. Bush e Berlusconi; os Vargas Llosa (pai e filho) e Carlos Montaner; Jorge Castañeda e Andrés Oppenheimer; a Fundação Cubano-Americana e o National Endowment for Democracy; a Sociedade Interamericana de Imprensa e os Repórteres sem Fronteiras. Todas essas vertentes, preocupadas com a mudança de rumos na política da região, se uniram pra libertar a América Latina daquilo que – dizem – constitui uma ameaça mortal. Nesta impetuosa e confusa reação, segue uma tropa de antigos esquerdistas que hoje se espantam diante dos rostos insolentes de camponeses, indígenas, jovens, mulheres e o excêntrico "proletariado" latinoamericano.

O protagonismo e a rebeldia destes grupos tornam-se desconcertantes para aqueles formuladores de vazias teorizações. É cada vez mais comum encontrar renegados marxistas de cátedra, desanimados diante da inesperada vitalidade de um capitalismo pouco convencido da necessidade de ceder o seu lugar na

* PLED, Programa Latinoamericano de Educación a Distancia en Ciencias Sociales del Centro Cultural de la Cooperación Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires. Tradução de Pedro Fassoni Arruda.

história. Esses mesmos doutores são aqueles que acreditavam que o capitalismo seria derrubado como um castelo de cartas. Alguns deles, incapazes de assimilar os desafios colocados pela nova conjuntura, se arrependem de suas antigas certezas e ficam alucinados diante de impérios benévolos e multidões nômades que, magicamente, se convertem em revolucionárias ao abandonar seus antigos espaços de terra.¹

Um lugar comum de toda essa teorização sobre o “giro à esquerda” é a distinção entre uma “esquerda séria e racional” e uma outra, chamada frequentemente de “radical”, “populista” ou “demagógica”, de acordo com os diversos autores. A primeira inclui, como exemplos paradigmáticos, os casos da Concertação chilena e o governo de Lula no Brasil, se bem que existam outros na região que também se enquadram neste modelo, como Tabaré Vázquez no Uruguai e Alan García no Peru. Cuba e Venezuela seriam típicos exemplares da primeira, à qual se agregaram mais recentemente o presidente boliviano Evo Morales e o equatoriano Rafael Correa.

A confusão é a nota predominante dessa interpretação sobre a reorientação da política latinoamericana. Uma afirmação de Giuseppe Cocco e Antonio Negri serve de ilustração para nossa afirmação: numa obra publicada recentemente, estes autores sustentaram, sem maiores escrúpulos, que o “modelo cubano, ou seja, a tentativa de apagar as diferenças do movimento e dos projetos revolucionários dentro de um esquema ideológico, parece ter sido relegado para o passado” (Cocco e Negri, 2006: 232).² Voltaremos mais adiante a tratar desse item. Digamos, por enquanto, que o governo de Néstor Kirchner provoca reações conflitantes entre os teóricos do “giro à esquerda”. Uma plêiade de publicistas da direita não hesita em caracterizá-lo como ambivalente, mas com uma indissimulada e crescente inclinação para o pólo “radical-populista”: sua retórica, seu estilo de governar e algumas de suas idéias evocariam inequivocamente as estridências dos anos 60 e 70, e garantem que Kirchner, cedo ou tarde, irá encontrar o seu lugar ao lado de Fidel, Chávez, Evo e Correa.

A tese acima está ligada à visão mais conservadora, representada por

1. Tese que Hardt e Negri desenvolveram em seu livro, *Imperio*. Para uma crítica desta perspectiva, consultar meu livro *Imperio & Imperialismo* (2005).

2. Nossos leitores não deveriam se preocupar demasiadamente com aquilo que não passa de mais uma entre muitas demonstrações da radical incapacidade de compreender a vida política de nossos países. Seu livro é uma interminável e enfadonha cavalgada pelos lugares comuns do pensamento conservador latinoamericano. Reafirmando mais uma vez sua falta de orientação teórica, aliás irrecuperável, Cocco e Negri caracterizaram o imperialismo, numa recente entrevista concedida para a imprensa, como “lamentável”, acrescentando que se trata de um anacronismo que nada tem a ver com a nossa época. Falta dizer mais alguma coisa? (Cocco e Negri, 2006a: 12)

Castañeda e Oppenheimer.³ Na análise dos pós-marxistas Cocco e Negri, a ambiguidade dos personagens estudados contamina perigosamente os próprios autores, razão pela qual a figura de Kirchner aparece em seu livro como a de um líder político de esquerda que está implementando um projeto de radicalização democrática para a Argentina, do qual os cidadãos desse país, sejam homens ou mulheres, não tiveram conhecimento. É preciso esclarecer que, para esses autores, Luís Inácio “Lula” da Silva também está empenhado na execução de medidas semelhantes, com o que se obtém uma idéia mais clara da enorme imprecisão com que utilizam a palavra “esquerda”.⁴

Na nossa perspectiva, que é bastante diferente, essa denominação tem uma conotação muito mais precisa e rigorosa. Mal poderia aplicar-se o rótulo de “esquerda” a governos como o da Concertação chilena, que continuaram e aprofundaram a reestruturação da economia iniciada pela ditadura de Pinochet de acordo com os postulados do Consenso de Washington, e que transformou o Chile num dos países mais desiguais e injustos da América Latina, que sabemos ser a região mais desigual do planeta. O mesmo pode ser dito a respeito do governo de Lula, tendo em vista que um de seus “êxitos” mais notáveis, segundo seus próprios dirigentes, foi o de elevar a rentabilidade do sistema bancário a um patamar jamais alcançado na história brasileira. Seria preciso utilizar uma concepção muito elástica acerca das ideologias para poder considerar “de esquerda” governos que realizam semelhantes façanhas.

Sem entrar em detalhes, que nos distanciariam do propósito destas poucas páginas, digamos que, se existe um traço distintivo da esquerda, tal não pode ser mais do que a valorização que essa tradição política faz da igualdade (econômica, política, social etc.) como critério fundamental do momento de caracterização de uma boa sociedade. O filósofo italiano Norberto Bobbio, um homem que

3. Oppenheimer, pp. 183-186; Castañeda, www.foreignaffairs.org/20060501

4. Uma contundente mostra da “sutileza” analítica de Cocco e Negri pode ser constatada na sua obra, que inclui na mesma categoria os governos de Kirchner, Lula e Chávez, sem estabelecer nenhuma diferença entre eles ou, pelo menos, entre os dois primeiros e o regime da Revolução Bolivariana. Exemplifico com a seguinte passagem: “No Brasil, na Argentina e na Venezuela, um vasto terreno de experimentação e inovação democrática deve se aprofundar a partir das relações abertas e horizontais entre os gobiernos e os movimentos” (p. 28). No livro, eles insistem em tratar dos “vastos terrenos de experimentação e de inovação democrática” para se referir às políticas implementadas no Brasil e na Argentina, demonstrando que é bastante tênue a linha que separa a razão da alucinação. Se estes dois governos demonstraram algo, foi precisamente a persistência das formas mais tradicionais de controle político, desde a desmobilização dos movimentos sociais até o clientelismo. Tais formas de controle político não desapareceram com Kirchner. Mas, especialmente no caso do Brasil, a corrupção em larga escala, de que podemos citar como exemplo a indecorosa saída de José Dirceu do Palácio do Planalto e os escândalos do “dossiê gate”, trouxeram prejuízos eleitorais, especialmente na véspera do primeiro turno.

tem sustentado um permanente e enriquecedor diálogo com o marxismo ao longo da segunda metade do século XX, estabelece a distinção com total clareza em uma de suas mais lúcidas obras, precisamente intitulada *Esquerda e Direita*. Ser de esquerda, disse Bobbio, é colocar a radical inadmissibilidade – ética, política e social – da desigualdade. Em consequência, uma esquerda genuína só pode ser aquela que, a partir de um diagnóstico preciso sobre as “origens da desigualdade entre os homens” – parafraseando o conhecido título do “Segundo Discurso” de Rousseau – proponha uma solução radical que ponha fim à injustiça inerente e inextirpável, dentro do sistema, da sociedade capitalista. O teórico italiano se antecipa e esclarece, diante da confusão reinante, que assim como o crepúsculo não elimina a diferença entre o dia e a noite, a existência de um “centro” político – ou de uma ambígua centro-esquerda? – também não elimina a diferença entre esquerda e direita (Bobbio, 1994: 7-8). Quando se trata de analisar as esquerdas, somente o marxismo oferece os fundamentos científicos necessários para orientar a praxis transformadora, a partir da descoberta da estrutura essencialmente injusta e incorrigível da sociedade burguesa, quaisquer que sejam as formas históricas que sua organização sócio-política venha assumir.

Torna-se evidente que tanto o sinal de perigo disparado pelos teóricos direitistas diante do “giro à esquerda” como o júbilo da esquerda que se perdeu, ao estilo de Cocco e Negri, são completamente injustificados. Uma esquerda somente pode ser assim chamada na medida em que sustenta um radical anticapitalismo. Por isso, somente governos como o de Cuba, e em menor medida (tendo em vista sua breve experiência) Venezuela, Bolívia e Equador podem ser qualificados como governos de esquerda. Do resto, melhor nem comentar. Podem sustentar uma retórica de esquerda, inflamada e pródiga em gestos radicais, como no caso de Kirchner, ou uma difusa identidade esquerdista, como Lula ou Lagos, mais relacionada ao passado que ao presente; mas uma política de esquerda se avalia pelas ações, e não por meio de gestos ou discursos. Eis porque é preciso estudar as particularidades do tão apregoado giro à esquerda na América Latina.

Mas então, o que aconteceu nos nossos países? O que aconteceu, e o que se encontra na origem de toda essa discussão, foi o fracasso do neoliberalismo: se antes suas bandeiras elegiam candidatos a presidente – como Menen, Cardoso, Fujimori e Salinas de Gortari – hoje só se pode ganhar uma eleição a partir de uma crítica das políticas inspiradas no Consenso de Washington. As causas desse descrédito são bem profundas: o neoliberalismo não cumpriu com as suas promessas, e depois de mais de vinte anos de catastróficas aplicações os problemas da nossa América não apenas persistiram, como foram agravados. E o milagroso “efeito derrame”, que distribuiria as novas riquezas geradas pelas políticas neoliberais entre as massas de pobres e famintos, demonstrou ser um

engodo para consumo de bobos e ingênuos. Com essa bandeira triunfaram Lula, Kirchner, Bachelet, Vázquez e tantos outros, em que pese o fato de nenhum deles ter demonstrado, uma vez eleitos, a intenção de colocar em prática o que haviam prometido em suas respectivas campanhas eleitorais.⁵

Com essa mesma bandeira também triunfaram Chávez, Evo Morales e Correa, mas com uma pequena diferença: estão cumprindo com o prometido. Precisamente por isso, a Secretária de Estado Condolleezza Rice, essa moderna vestal cujas fulgurantes labaredas mantém sob custódia as democracias de todo o mundo, condenou esses governantes por suas duvidosas credenciais democráticas. Segundo Rice, as democracias da Venezuela e Bolívia sofrem de irremediáveis déficits institucionais, chamados a exercer uma negativa influência sobre toda a região. Não surpreende, portanto, as afirmações da Secretária de Estado e de seu chefe, para quem os presidentes que contribuem para reforçar as franquias democráticas não são Chávez, Morales ou Correa – empenhados em cumprir o que prometeram – e sim os outros, aqueles que levantaram uma bandeira “progressista” para logo deixar órfão o regime democrático, deixando de lado suas promessas de campanha e transformando a clássica fórmula de Abraham Lincoln – “governo do povo, pelo povo e para o povo” – em outra, de tradição mesquinhamente crematística (ou seja, orientada para a apropriação de riquezas), e cuja divisa mais apropriada seria “governo do mercado, pelo mercado e para o mercado”.

Em síntese: o fracasso do neoliberalismo e as formidáveis resistências populares, que se desencadearam na região, precipitaram a ascensão de novos governos com um compromisso, pelo menos discursivo, de abandonar as políticas que haviam mergulhado nossos países numa crise cada vez mais profunda. Em que pesem as garantias que esses governos concederam ao capital, apenas a mudança no clima da opinião pública – potenciada pela crescente “indisciplina” que se propagou até as províncias exteriores do império, como produto das contradições do capitalismo global – foi suficiente para suscitar a preocupação dos administradores e mandarins imperiais. O caso de Néstor Kirchner se inscreve dentro deste quadro.

A “crise orgânica” de 2001 na Argentina

Para compreender o kirchnerismo, é indispensável remontar à análise da profunda crise que abalou a sociedade argentina em 2001. Uma recessão econômica, de larga gestação e prolongada duração (quase cinco anos, de meados

5. Uma excelente compilação sobre essas experiências nacionais se encontra na obra de Antonio Elías (2006).

de 1998 até o final de 2002), combinada com uma deterioração de todas as formas de sociabilidade e uma fenomenal crise política que culminou nas sangrentas jornadas de 19 e 20 de dezembro de 2001. O resultado foi a queda do inepto e impopular governo de Fernando de la Rúa, em meio a uma repressão que resultou em 33 vítimas fatais, a maioria em Buenos Aires (Iñigo Carrera e Cotarelo, 2003 e 2006; Zibechi, 2003). Essa “insurreição espontânea”, confundida por alguns setores da esquerda termocéfala como uma “crise geral revolucionária”, foi o violento ponto final de uma série de iniciativas (greves, “piquetes” nas ruas, bloqueio de pistas, painéis populares etc.) e mobilizações que vinham agitando a cena social e política argentina desde meados da década de noventa, quando o impulso econômico do neoliberalismo já havia revelado sinais de suas limitações ao gerar altas taxas de crescimento econômico combinadas com outras maiores ainda de aumento da pobreza e desemprego (Seoane, 2002; Svampa e Pereira, 2003; Klachko, 2002; Favaro, Iuorno e Cao, 2006).

As jornadas de dezembro evidenciaram a “crise orgânica” – no sentido gramsciano de uma ruptura entre representantes e representados – sem precedentes na história da Argentina, crise potenciada pela simultânea, e igualmente catastrófica, queda da conversibilidade que durante quase dez anos havia fantasiosamente – e a um custo tremendo, como se revelaria pouco tempo depois – equiparado o valor do dólar com o do peso. A gravidade da crise política fica eloquentemente demonstrada quando se lembra que na Argentina dos dois primeiros meses de 2002 os políticos e dirigentes estatais praticamente não podiam aparecer em público, e quando o faziam estavam protegidos por eficientes dispositivos de segurança, ou se disfarçavam para evitar serem reconhecidos e agredidos, física ou verbalmente, nas ruas. Foi uma crise que devorou quatro presidentes em pouco mais de uma semana e que, como era previsível, deixou profundas sequelas na vida pública. Uma delas: a radical deslegitimação da classe política tradicional, cujos efeitos continuam produzindo efeitos nos dias de hoje.

Expressão inorgânica e politicamente improdutivo, mas ainda assim muito expressiva do estado de ânimo de grandes setores da sociedade argentina, foi a cintilante popularidade adquirida, naqueles tórridos dias de dezembro pela consigna “que partam todos”, mediante a qual se transmitia o repúdio generalizado, mas impotente, dos governados em relação aos governantes. A gravidade da situação explica os ousados esforços realizados do antecessor de Kirchner, o Presidente Eduardo Duhalde, para promover a rápida reconstituição do sistema de dominação, ressuscitar os partidos políticos, controlar o prestígio de alguns de seus dirigentes e reestabelecer de alguma maneira a quebra do vínculo entre representantes e representados. É preciso reconhecer que, contra

os prognósticos formulados nesses momentos, tão complicado esforço foi levado a cabo de maneira relativamente exitosa.

Kirchner pôde capitalizar essa situação por ter sido considerado, equivocadamente, um componente marginal numa constelação de poder corrupta e repudiada por todos, que havia lançado a Argentina na maior crise de toda a sua história. Queremos destacar o “equivocadamente” porque, no momento da crise, Kirchner já havia ocupado por mais de dez anos o governo de Santa Cruz, uma Província petroleira no Sul do país, e sua gestão como tal se enquadrou nitidamente dentro das orientações gerais estabelecidas pelo então ocupante da Casa Rosada, Carlos Saúl Menem (1989-1999). E mais: alinhado com as desmedidas ambições de poder do então Presidente, Kirchner introduziu duas reformas na Constituição Provincial que permitiam a reeleição indefinida do governador, ao mesmo tempo que controlava com mão de ferro o Legislativo e o Judiciário de Santa Cruz.

Sua identificação com o projeto neoliberal de Menem ficou mais uma vez evidente em 1994, quando foi eleito membro da Assembléia Constituinte encarregada de reformar a Constituição Nacional para permitir a reeleição de Menem em 1995 e que transferia para as províncias a soberania absoluta das riquezas do subsolo, uma medida muito aplaudida pelas grandes companhias de petróleo que, desse modo, poderiam negociar com débeis (e também corruptos) governos provinciais, via de regra distantes dos meios de comunicação de âmbito nacional, e aos quais podiam impor as cláusulas que lhe eram mais favoráveis. Também não é possível ignorar que a crucial privatização de YPF (Yacimientos Petrolíferos Fiscales) contou com o entusiasta apoio de Kirchner, naquele tempo governador de Santa Cruz, e o mesmo ocorreu com as demais políticas inspiradas no Consenso de Washington e executadas, com zelo singular, durante o apogeu do menenismo.

Em todo caso, o certo é que, na turbulenta conjuntura posterior a dezembro de 2001, Kirchner foi o candidato “descartável” do continuísmo. O presidente Duhalde, então chefe indiscutível do poderoso peronismo da província de Buenos Aires, já havia selado um acordo estratégico (que não prosperou) com o ex-governador de Santa Fé, Carlos A. Reutemann. Apesar de ser uma figura muito valorizada pela opinião pública, fortes ameaças de extorsão – nunca devidamente esclarecidas – de seus adversários políticos lhe fizeram recusar a oferta do presidente. Este voltou então os olhos para o governador da província de Córdoba, José M. De la Sota, em busca de um sucessor. Mas as primeiras pesquisas eleitorais demonstraram que De la Sota não teria chance alguma numa disputa contra Menem que, mais uma vez, se lançava na disputa eleitoral depois do fracassado interregno de De la Rúa. Esse terreno inóspito de candidaturas,

explicável pela crise orgânica já referida, fez com que Duhalde, disposto a impedir a qualquer preço o retorno de seu arqui-inimigo Menem, escolhesse o nome de Kirchner, até então um candidato sem nenhuma chance de competir, como seu porta-bandeira para as eleições marcadas para o dia 27 de abril de 2003.

Um episódio decisivo para esta escolha foi o fato de que as eleições presidenciais, inicialmente previstas para o final de 2003, tiveram que ser antecipadas em virtude do agravamento da crise política produzida pelo “massacre de Avallaneda” em 26 de junho de 2002, quando uma manifestação sob a forma de piquete nesta cidade – localizada nas cercanias de Buenos Aires – terminou com o fuzilamento, por parte das tropas policiais, de dois jovens militantes do Movimento de Trabalhadores Desempregados Aníbal Verón: Maximiliano Kosteki e Darío Santillán. A súbita antecipação do calendário eleitoral frustrava qualquer tentativa de “fabricar” um novo candidato, que fosse mais confiável para Duhalde. Nesse sentido, com o tempo correndo contra Duhalde, este não encontrou melhor saída do que lançar o nome de Kirchner.

O perfil “progre” (progressista) do santacruzense – construído não pela sua atuação no governo provincial, mas sim por sua militância juvenil no peronismo de esquerda – unido ao compromisso de manter em seu cargo o Ministro da Economia de Duhalde, Roberto Lavagna, que havia colhido importantes êxitos (assim como o reconhecimento da “opinião pública” em sua posterior gestão na grande crise de 2001), serviram para fortalecer a campanha eleitoral de Kirchner. Contribuíram também dois outros elementos: em primeiro lugar, o apoio do “aparato” do peronismo bonaerense que, fiel à tradição de seu chefe, deixou de lado suas antipatias e fez a balança pender para o lado contrário. Em segundo lugar, a oportuna – ou oportunista? – radicalização do discurso de Kirchner, indubitavelmente influenciado pela desoladora paisagem social que revelava a Argentina depois da queda da conversibilidade: 54% da população abaixo da linha da pobreza, metade dos quais afundada na indigência. Isto deu sustentação a uma retórica que se opunha frontalmente ao neoliberalismo esgrimido por seus principais contendores, cujo conteúdo diferenciou claramente sua candidatura das demais.

Não obstante, o discurso de Kirchner não foi suficiente para superar seu maior adversário na primeira votação: terminada a campanha, Carlos Menem obteve 24,4% dos votos, contra 22,2% de Kirchner. A regra eleitoral na Argentina estabelece que, se nenhum candidato alcançar 45% dos votos considerados válidos, os dois mais votados devem disputar um segundo turno. Isto significava uma disputa entre Menem e Kirchner, que seria realizada no dia 18 de março de 2003, para dirimir a disputa presidencial. Apesar de ter obtido a primeira maioria, Menem tinha consciência que o percentual obtido era o seu teto eleitoral: as

pesquisas de opinião, divulgadas uma após a outra depois do primeiro turno, indicavam uma intenção de voto a favor de Kirchner que flutuava entre 60 e 70%, o que expressava muito menos a adesão ao quase desconhecido candidato quanto a categórica rejeição popular diante de um eventual retorno de Menem ao poder, responsável último pela crise generalizada que abalou a sociedade argentina.

Poucos dias antes da data marcada para a votação, Menem, procurando evitar uma derrota que o sepultaria definitivamente, retirou a sua candidatura. *Ipsa facto*, converteu Kirchner como o novo presidente eleito. Um presidente que, sem dúvida, já chegava bastante debilitado, carente da legitimação que poderia ter obtido no segundo turno das eleições; se isto acontecesse, chegaria à Casa Rosada com a maior proporção de votos jamais registrada na história argentina.⁶

Ruptura discursiva, mas continuidade prática do neoliberalismo

Não há dúvida que Kirchner representa, sobretudo em alguns aspectos relacionados ao seu estilo de governar, um ruptura em relação aos seus antecessores. Exponente de uma geração envolvida nas grandes mobilizações populares do final dos anos 60 e começo da década seguinte, seus modos informais – chegando em alguns momentos a incorporar o estilo “populacho” – lhe tem granjeado grandes benefícios políticos. Sua retórica adquire, em certos momentos, uma virulência pouco habitual na política latinoamericana destes dias. Neste sentido, é preciso reconhecer que Kirchner soube capitalizar muito bem seu enfrentamento – muito mais verbal do que substantivo, mas ainda assim significativo – com os grandes monopólios, com as empresas privatizadas, com os opulentos burocratas do FMI e do Banco Mundial, com o governo norte-americano, com o agora e (felizmente) defunto governo de José M. Aznar e vários ministros do governo espanhol, além dos investidores estrangeiros. Tais atritos lhe granjearam as simpatias da imensa maioria da população, que detesta todos esses personagens, ligados em maior ou menor medida ao processo de pilhagem praticado contra a Argentina desde o final dos anos oitenta.

As relações de Kirchner com o governo de Bush se inscrevem num padrão de subordinação consentida, que apesar de se diferenciar da época das “relações carnais” impostas durante o governo de Carlos Menem, não deixam de mostrar alguns preocupantes elementos de continuidade: uma atitude de “fria e distante circunspeção” – dito deste modo para não confundir os diferentes matizes – em relação a Cuba; cautela na aproximação com Chávez, compartilhando com Lula o propósito de “domesticá-lo” (mesmo diante do hiper-ativismo e a habilidade política do líder bolivariano, e também das sólidas vinculações

6. Cf. Observatorio Electoral Latinoamericano, pp. 6-9.

econômicas entre Argentina e Venezuela, que contribuem para desbaratar tal projeto); obediência ao império no episódio do envio de tropas (em lugar de médicos e professores, como fez Cuba) ao Haiti, alinhando a Argentina com o Brasil e o Chile numa política destinada ao fracasso, e que pressupõe a contínua repressão sobre o povo haitiano; cumplicidade silenciosa diante da carnificina executada por Israel no Líbano e na Palestina e, salvo em alguns temas econômicos pontuais, alinhamento flexível com as grandes linhas da política externa norte-americana.

Tais atitudes, contudo, não impedem a ocorrência de gestos intempestivos, como o radical discurso pronunciado por Kirchner na Cúpula Extraordinária de Presidentes das Américas, realizada em Monterrey, no México, em janeiro de 2004. Na ocasião, George W. Bush sentiu uma certa estranheza ao ouvir uma invectiva antineoliberal do presidente argentino, que parecia chegar diretamente do Fórum Social Mundial de Porto Alegre. Ou, mais grave ainda, o acordo celebrado com Lula e Chávez na Cúpula de Presidentes de Mar del Plata, em novembro de 2005 e no qual, segundo as palavras do venezuelano, se realizou o enterro da ALCA. A afirmação despertou uma forte reação do bloco de presidentes controlado por Washington – sob os auspícios de Vicente Fox e Ricardo Lagos –, mas não foi suficiente para fazer o presidente argentino mudar de posição.

Neste aspecto, é importante recordar que as diversas pesquisas de opinião sobre a imagem e as expectativas dos argentinos em relação aos EUA indicam, com clareza, um elevado grau de animosidade popular diante dos líderes e instituições que mantêm vínculos mais estreitos com o FMI e o Banco Mundial. As investidas de Kirchner contras estas instituições suscitam fortes simpatias em amplos setores sociais. Por outro lado, os furiosos ataques da direita argentina, tristemente célebre por sua visceral intolerância diante de qualquer sinal de progressismo, por mais tímido que seja, afastaram-na de Kirchner. Mas, para lhe fazer justiça, cabe também recordar que, em assuntos alheios ao duro terreno da economia, a gestão de Kirchner não se limitou ao plano retórico, sendo ratificada com feitos concretos e positivos que merecem o nosso aplauso.

Em matéria de direitos humanos: uma nova legislação, que acabou com a impunidade dos genocidas, e uma série interminável de gestos e iniciativas que causaram profundo impacto – mas também profundas divisões – nos organismos de defesa dos direitos humanos, mas que, pela primeira vez, demonstravam uma firme determinação governamental de dizer a verdade e fazer justiça; depuração da Suprema Corte de Justiça, cúmplice da pilhagem e corrupção dos anos noventa. Uma série de ataques verbais contra a conservadora hierarquia da Igreja Católica, que tiveram origem em políticas governamentais envolvendo assuntos tais como a saúde reprodutiva e a

educação sexual; e, por último, uma política militar que incluiu, como um de seus traços mais espetaculares, a remoção de toda a cúpula militar do início da gestão de Kirchner, mas que contempla também outros aspectos igualmente importantes para o processo de democratização das forças armadas.

Em síntese, são muitas as razões que explicam a surpreendente popularidade presidencial. Surpreendente porque, como veremos, no terreno econômico foram escassos os ganhos para a imensa massa da população depois de três anos de governo, e a histórica “dívida social” acumulada na democracia argentina continua sendo de uma gravidade e contundência indisfarçáveis. Mas os apoios conquistados por suas políticas nas áreas acima mencionadas, e as suas peças oratórias inflamadas, alimentam esta imagem – contraditória, sem dúvida – de Kirchner como um dos expoentes da maré esquerdista que perturba o sono dos falcões de Washington.

Não obstante, nada autoriza supor que na agenda governamental de Kirchner figure a ruptura com o neoliberalismo, pré-requisito indispensável para poder realizar um bom governo – entendido como aquele capaz de gerar os benefícios que a população aguarda, com eficácia e legitimidade popular – e para evitar que a democracia seja sacrificada pela dinâmica dos mercados, essencialmente exploradora e incompatível com a cidadania (Boron, 2002). Aquele que foi durante quase dois anos o principal artífice de sua política econômica, o Ministro da Economia Roberto Lavagna, representava apenas uma pequena variante das orientações neoliberais predominantes no país nas últimas duas décadas, e sua indicação ocorreu no governo de Duhalde. Neste governo, a única iniciativa de Lavagna no campo da política econômica foi a de negociar incansavelmente com o FMI, deixando de lado as incômodas recomendações em sentido contrário feitas por economistas de prestígio mundial como Joseph Stiglitz e Paul Krugman, e por expoentes de todas as variantes do pensamento crítico local e latinoamericano, que o aconselhavam a ignorar o FMI e reorientar os rumos da economia argentina, algo que Lavagna não fez.

Essa vocação conservadora, que situa os parâmetros fundamentais da sociedade capitalista fora de qualquer possível impugnação, foi ratificada em meados de setembro pela senadora Cristina Fernández de Kirchner durante a visita do presidente a Nova Iorque, por ocasião da abertura da Assembléia Geral das Nações Unidas. Numa conferência que realizou na Universidade de Columbia, a esposa do presidente – sem dúvida, uma de suas mais autorizadas porta-vozes e forte candidata para a próxima eleição – declarou que as políticas do governo de Kirchner estão do lado do capitalismo. “O que é o capitalismo?”, lhe perguntaram. Ela respondeu o seguinte: o que fez cair o muro de Berlim não foi “o poderio dos Estados Unidos, mas o fato deste capitalismo constituir

uma idéia melhor que o comunismo, além do primeiro se distinguir das demais doutrinas pela idéia de consumo”. Suas críticas ao FMI estão apoiadas numa visão contraditória do capitalismo, tendo em vista que o tem defendido “apesar da restrição do consumo provocada por suas políticas de ajuste”, que conduz ao debilitamento do impulso capitalista (Baron, 2006).

Mesmo antes daquela conferência e também em numerosas ocasiões, Kirchner falou da necessidade de implantar na Argentina um capitalismo “sério”, “nacional” e “inteligente”, adjetivos que supostamente fariam o milagre de converter um regime baseado na exploração do trabalho assalariado em uma fraternal comunidade igualitária. Por outro lado, o capitalismo que não seria sério, isto é, aquele “risonho”, “irresponsável”, “dos amigos” (*croony capitalism*), transnacionalizado e torpe, em vez de inteligente, produziu esplêndidos resultados para os capitalistas, com taxas exorbitantes de lucros e a garantia de privilégios extraordinários que nenhum burguês “sério” consideraria abandonar, por mais que o presidente aconselhasse. Como convencer os dez por cento mais ricos da Argentina – e cujos proventos em 2003 foram 53 vezes superiores em relação aos dez por cento mais pobres – que é urgente e necessário tornar o capitalismo mais “sério”, para evitar semelhantes injustiças? O mais provável é que a pessoa em questão considere “pouco séria” a preocupação presidencial com a “seriedade” de um capitalismo que produz tão magníficos resultados.⁷

Diante do que acabamos de comentar, não surpreende constatar que os “ganhadores” e os “perdedores” das políticas econômicas do kirchnerismo sejam hoje praticamente os mesmos do governo de Menem e do efêmero governo da Aliança. Entre os primeiros sobressaem as empresas privatizadas e alguns monopólios que controlam desde a exportação de bens altamente rentáveis – como o petróleo, o gás, a soja e seus derivados, favorecidos pela manutenção da política cambial – até a provisão de serviços não-comercializáveis no mercado interno, aproveitando os subsídios e as vantagens estabelecidas pelo governo, e o fornecimento de bens manufaturados de diverso tipo protegidos eficazmente da competição externa pela desvalorização da moeda local.

Trata-se, em suma, dos oligopólios estrangeiros que se apoderaram dos setores estratégicos da economia nos anos noventa, aos quais se unem os setores mais concentrados do capital nacional – especialmente aqueles vinculados às exportações agropecuárias e alguns poucos no setor industrial – e a oligarquia financeira e rentista, todos os beneficiados pelo tipo de câmbio, a eliminação dos direitos trabalhistas, e a falta de proteção dos usuários e consumidores. Os “perdedores” do modelo não se surpreendem e são os mesmos de sempre: os

7. Sobre a questão do “capitalismo nacional”, consultar Boron (2007).

trabalhadores, as camadas médias empobrecidas, e essa imensa massa que, como recordamos acima, Frei Betto denominou de modo apropriado como o “pobretariado”, que inclui amplos contingentes da população condenados ao desemprego crônico, à exclusão social e à pobreza. Pessoas que já perderam a capacidade de sentir qualquer esperança diante do capitalismo, seja ele sério ou risonho.

Bibliografia

- Banco Mundial (2003). *World Development Indicators* (Washington: The World Bank).
- BARON, A. (2006). “Cristina defendió el capitalismo y cuestionó otra vez el papel del FMI”. *Clarín* (Buenos Aires) 19.9.06.
- BOBBIO, N. (1994). *Destra e Sinistra. Ragioni e significati di una distinzione politica* Roma: Donzelli Editori.
- BORON, A. A. (2007). “El mito del desarrollo capitalista nacional en la nueva coyuntura política de América Latina”, texto apresentado no IX Congresso da ANEC, Havana, Cuba, Fevereiro. Reproduzida em <http://www.rebelion.org/noticia.php?id=46854>.
- _____.(2002). *Tras el búho de Minerva. Mercado contra democracia en el capitalismo de fin de siglo*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.
- _____.(2004). “Reflexiones en torno al gobierno de Néstor Kirchner”, in: *Revista SAAP* (Buenos Aires). Volume 2, nº1, pp. 187-205.
- _____.(2005) *Imperio & Imperialismo. Una lectura crítica de un libro de Michael Hardt y Antonio Negri*. Havana: Casa de las Américas.
- CASTAÑEDA, J. G. (2006). “Latin America’s Left Turn”. *Foreign Affairs*, mai/jun.
- COCCO, G. & NEGRI, A. (2006). *Global. Biopoder y luchas en una América Latina globalizada*. Buenos Aires: Siglo XXI.
- _____.(2006a). “América latina está viviendo el momento de una ruptura”, *Página/12*.
- ELÍAS, A. (2006). *Los gobiernos progresistas en debate. Argentina, Brasil, Chile, Venezuela y Uruguay*. Buenos Aires: CLACSO.
- FAVARO, O., IUORNO, G. & CAO, H. (2006). “Política y protesta social en las provincias argentinas”. In: CAETANO, G. (comp.): *Sujetos sociales y nuevas formas de protesta en la historia reciente de América Latina*. Buenos Aires: CLACSO.
- HARDT, M. & NEGRI, A. (2000). *Empire*. Cambridge: Harvard University Press.
- INDEC (2004). *Informe sobre la distribución de la riqueza en Argentina* (junho). <http://www.derhumanos.com.ar/indec.htm>.

- IÑIGO CARRERA, N. & COTARELO, M. C. (2006). “Génesis y desarrollo de la insurrección espontánea de Diciembre de 2001 en Argentina”. In: CAETANO, G. (comp.): *Sujetos sociales y nuevas formas de protesta en la historia reciente de América Latina*. Buenos Aires: CLACSO.
- _____.(2003). “La insurrección espontánea. Argentina, diciembre 2001. Descripción, periodización, conceptualización”. *PIMS.A*. Año VII, 7.
- KLACHKO, P. (2002). “La conflictividad social en la Argentina de los noventa. El caso de las localidades petroleras de Cutral-Có y Plaza Huincul, 1996-97”. In: LEVY, Bettina (Comp.) *Crisis y conflicto en el capitalismo latinoamericano*. Buenos Aires: CLACSO.
- OBSERVATÓRIO Eleitoral Latinoamericano (2005). “Balance Electoral Latinoamericano 2003-2004” (out.) <http://www.observatorioelectoral.org>.
- OPPENHEIMER, A. (2005). *Cuentos chinos. El engaño de Washington, la mentira populista y la esperanza de América Latina*. Buenos Aires: Sudamericana.
- SEOANE, J. (2002). “Argentina: la configuración de las disputas sociales ante la crisis”. *Revista OSAL - Observatorio Social de América Latina*, 7.
- SVAMPA, M. & PANDOLFI, C. (2004). “Las vías de la criminalización de la protesta en Argentina”. *Observatorio Social de América Latina (OSAL)*, 14.
- SVAMPA, M. & PEREYRA, S. (2003). *Entre la ruta y el barrio*. Buenos Aires: Biblos.
- ZIBECHI, R. (2003). *Genealogía de la revuelta. Argentina: la sociedad en movimiento*. La Plata: Letra Libre.